



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2024

Rio Grande Capitalização S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2024

Índice

Relatório da administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	07
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	17
Conselho de administração.....	48

Rio Grande Capitalização S.A.

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

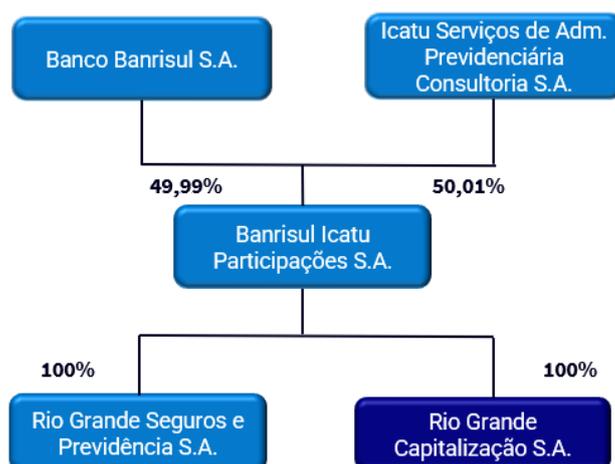
Senhores Acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:



A Companhia, tem como objeto principal, a negociação exclusiva de títulos de capitalização, majoritariamente, através do canal de vendas do Banrisul.

Rio Grande Capitalização S.A.

2. Desastre natural de alagamento em municípios do Estado do Rio Grande do Sul

A tragédia que abateu o Estado do Rio Grande do Sul trouxe danos consideráveis à economia, como a redução no turismo e na atividade industrial. O Grupo Icatu segue gerenciando e buscando mitigadores desses impactos em suas finanças e na sociedade em que está inserida.

Diante deste cenário, o Grupo Icatu deliberou sobre diversas ações com propósito de prevenir e mitigar os riscos relacionados ao bem-estar dos nossos funcionários e familiares, clientes, corretores, parceiros e acionistas, assim como na preservação de níveis adequados de liquidez e solvência e na garantia da sustentabilidade da nossa operação.

Dentre as ações, podemos citar as principais flexibilizações adotadas:

Capitalização	<ul style="list-style-type: none">• Priorização dos processos de resgate das regiões afetadas;• Flexibilização de regras para resgate;• Flexibilização de documentação para resgate por morte.
Atendimento	<ul style="list-style-type: none">• Criação de canal de atendimento emergencial (priorização usando a opção 0 da URA de atendimento do CRC).

2.1. Medidas de Natureza Prudencial e de Manutenção da Solvência

No que tange à eventual exposição a risco, não temos em nossa carteira de Capitalização produtos que possuem cobertura atrelada aos eventos de catástrofe e danos ao imóvel devido à natureza dos nossos produtos. No entanto, observamos uma redução no volume de comercialização de produtos de capitalização em comparação com o mesmo período do ano anterior, sendo reflexo direto da desaceleração econômica que afetou o turismo e a indústria no estado. Os impactos causados pelos alagamentos prejudicaram as redes de distribuição e a infraestrutura, influenciando a economia local. Estamos comprometidos com reavaliações estratégicas que guiará a Companhia na manutenção de implementação de medidas eficazes, garantindo a manutenção dos níveis de arrecadação e contribuindo para o caminho de crescimento renovado.

É importante salientar que, preventivamente, a Companhia procedeu com algumas simulações de cenários, cujos indicadores não apontaram impacto no índice de solvência (Patrimônio Líquido Ajustado - PLA em excesso ao Capital Mínimo Requerido - CMR).

Em junho de 2024, último mês de apuração dos indicadores, observou-se um excesso de solvência de R\$ 85.903 (R\$ 80.012 em 31 de dezembro de 2023), o que representa um índice de solvência de PLA/CMR de 453% (417% em 31 de dezembro de 2023). Ou seja, considerando que o apetite a risco da Companhia, em nível global, é de 130% (cento e trinta por cento), resta evidenciado, portanto, que o evento não representa preocupação no que diz respeito à manutenção da solvência da Companhia.

Destaca-se ainda, que em junho 2024, a Companhia possuía como ativos garantidores mensurados a valor justo, o valor aproximado de R\$ 1.381.812 (R\$ 1.256.551 em 31 de dezembro de 2023), ao passo que a necessidade de cobertura de provisões representava a quantia de aproximadamente R\$ 1.274.410 (R\$ 1.153.603 em 31 de dezembro de 2023), indicando, assim, um excesso de R\$ 114.783 (R\$105.109 em 31 de dezembro de 2023). Além disso, cabe mencionar que 99% (noventa e nove por cento) dos ativos garantidores são

Rio Grande Capitalização S.A.

compostos por títulos soberanos com alta liquidez (NTN-Bs e LFTs) e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos de 1 (um) dia.

2.2. Ações de solidariedade do Grupo Icatu

O Grupo Icatu, além de ações voltadas para colaboradores, clientes, corretores e parceiros da região, doou recursos expressivos, alocou esforços e mobilizou parceiros. Sensibilizou suas redes de relacionamento para realizar doações e transferiu um de nossos principais eventos anuais, que reúne os maiores líderes do mercado brasileiro e que seria em Londres, para Gramado. Com isso, trouxe para o Rio Grande do Sul os recursos necessários para a realização do evento visando fortalecer a economia local e auxiliar a retomada da normalidade. Este é o compromisso de nosso grupo empresarial 100% brasileiro, que busca praticar a empatia com seus colaboradores, clientes, corretores e parceiros.

3. Desempenho nas Operações de Capitalização

O alagamento ocorrido em municípios do Estado do Rio Grande do Sul, conforme item 2, impactou as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2024. A seguir, podemos ver que os mitigadores acionados pela Companhia, surtiram efeito.

3.1. Operação e patrimônio

Durante o primeiro semestre de 2024, a receita com títulos de capitalização da Companhia foi de R\$ 398.702 (R\$ 358.070 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 11,35%. O resultado com as operações de capitalização foi de R\$ 55.782 (R\$ 67.269 no mesmo período do ano anterior), representando uma redução de 17,1%. O resultado com sorteios foi de R\$ 7.938 (R\$ 9.918 no mesmo período do ano anterior), 1,99% da receita com títulos de capitalização (2,77% no mesmo período do ano anterior), e os custos de aquisição foram de R\$ 14.840 (R\$ 16.588 no mesmo período do ano anterior), representando 3,72% da receita com títulos de capitalização (4,63% no mesmo período do ano anterior).

Em 30 de junho de 2024, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 1.424.082 (R\$ 1.282.137 em 31 de dezembro de 2023), representando um aumento de 11,07%. O patrimônio líquido, em 30 de junho de 2024, atingiu o montante de R\$ 126.446 (R\$ 113.115 em 31 de dezembro de 2023), representando um aumento de 11,79%.

3.2. Despesas administrativas, resultado financeiro e solvência

No primeiro semestre de 2024, as despesas administrativas foram de R\$ 41.871 (R\$ 37.817 no mesmo período do ano anterior).

No primeiro semestre de 2024, as receitas financeiras líquidas totalizaram R\$ 26.516 (R\$ 20.517, no mesmo período do ano anterior), representando um crescimento de 29,24%, principalmente devido a performance superior em 2024 das alocações em contratos futuros de DI utilizados pela Companhia como hedge das posições pré-fixadas.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 114.783, no primeiro semestre de 2024 (R\$ 105.109, em 31 de dezembro de 2023), e apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 453% (417% em 31 de dezembro de 2023).

Rio Grande Capitalização S.A.

4. ASG – Ambiental, Social e Governança

A Circular SUSEP nº 666 entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 e seus prazos de adequação vão de 28 de fevereiro de 2023 a 30 de junho de 2025 para o segmento que a Companhia está inserida. O processo de adequação da Companhia começou com o diagnóstico, estudo de materialidade e o mapeamento dos riscos de sustentabilidade.

Em conformidade com as exigências regulatórias, a Companhia divulgou sua política de sustentabilidade em fevereiro de 2023, com base nos temas materiais – governança, ética e conduta profissional, pessoas, inovação, responsabilidade social, meio ambiente e riscos climáticos. Em fevereiro de 2024, os riscos de sustentabilidade foram integrados ao sistema de controles internos (SCI) e à estrutura de gestão de riscos (EGR).

No segundo semestre, será iniciada a elaboração do primeiro relatório de sustentabilidade, com divulgação prevista para junho de 2025.

No primeiro semestre de 2024, a contribuição da Companhia retornou à sociedade R\$ 330.186 em resgates (R\$ 273.453 no mesmo período), R\$ 7.938 em sorteios (R\$ 9.918 no mesmo período), R\$ 41.820 (R\$ 37.453 no mesmo período do ano anterior) pagos à serviços terceirizados, além de R\$ 3.992 (R\$ 4.800 no mesmo período do ano anterior) em tributos indiretos e R\$ 14.526 (R\$ 18.075 no mesmo período do ano anterior) em tributos diretos.

4. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços para o Grupo Icatu e os valores contratuais no ano de 2024, brutos de tributos, totalizam R\$ 2.912 (R\$ 2.283 no ano de 2023), referentes à auditoria das demonstrações financeiras e asseguração, requeridos pelo órgão regulador.

5. Agradecimentos

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 26 de agosto de 2024.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Grande Capitalização S.A.
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Capitalização S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de capitalização

Veja Notas 3.9 e 11 das demonstrações financeiras intermediárias.

Principal assunto de auditoria

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.9 e 11 às demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia possui provisões técnicas relacionadas a contratos de capitalização sendo as principais: Provisão para Resgates (“PR”), Provisão para Distribuição de Bônus (“PDB”) e a Provisão para Sorteios a Realizar (“PSR”).

Para mensurar a PR e a PDB, a Companhia adota como metodologia a aplicação de quotas (%), definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária. Enquanto a PSR é constituída para cobrir os sorteios não realizados mas que já foram custeados, e portanto, requer julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas de fluxos da provisão de sorteios a realizar e taxas de juros. Devido à relevância quantitativa dessas provisões técnicas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo da PSR poderiam causar nas demonstrações financeiras intermediárias, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da PR, da PDB e da PSR.

- conciliação das bases de dados operacionais suporte da PR, PDB e PSR com os respectivos saldos contábeis.

- recálculo, com base em amostragem, da PR e PDB de acordo com as condições contratuais.

- teste, com base em amostragem, da precisão das bases de dados operacionais utilizadas no cálculo da PR e da PSR, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos contratos.

- com o auxílio técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência dos dados, a atualização monetária e as taxas de juros, utilizadas na mensuração da PSR, bem como efetuamos o recálculo independente da referida provisão técnica partindo das bases de dados operacionais.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

Rio Grande Capitalização S.A.
Balancos patrimoniais

30 de junho 2024 e de 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

		30/06/2024	31/12/2023
ATIVO			
CIRCULANTE		699.002	513.798
Disponível		682	710
Caixa e bancos		682	710
Equivalente de caixa	Nota 5	7.381	2.161
Aplicações	Nota 5	689.286	508.791
Créditos das operações de capitalização		71	53
Créditos das operações de capitalização		71	53
Outros créditos operacionais	Nota 6	1.255	1.702
Títulos e créditos a receber	Nota 7.1	327	381
Créditos tributários e previdenciários		327	381
NÃO CIRCULANTE		725.080	768.339
Realizável a longo prazo		725.005	768.283
Aplicações	Nota 5	715.580	764.667
Títulos e créditos a receber		9.425	3.616
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7.2	8.368	2.610
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 13.3	1.057	1.006
Intangível		75	56
Outros intangível		75	56
TOTAL DO ATIVO		1.424.082	1.282.137

Rio Grande Capitalização S.A.
Balancos patrimoniais

30 de junho 2024 e de 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

		30/06/2024	31/12/2023
PASSIVO			
CIRCULANTE		1.296.560	1.167.992
Contas a pagar		19.262	12.069
Obrigações a pagar	Nota 8	7.771	9.193
Impostos e encargos sociais a recolher		3.450	962
Impostos e contribuições	Nota 8.1	8.041	1.914
Débitos de operações com capitalização		2.839	2.147
Débitos de operacionais		2.839	2.147
Depósitos de terceiros		49	173
Provisões técnicas – capitalização		1.274.410	1.153.603
Provisão para resgates		1.262.656	1.087.895
Provisão para sorteio		11.643	13.196
Provisão administrativas		-	149
Provisão de receitas diferidas		111	-
Outras provisões		-	52.363
NÃO CIRCULANTE		1.076	1.030
Contas a pagar		1.048	1.006
Outras contas a pagar - obrigações fiscais	Nota 13.2	1.048	1.006
Outros débitos		28	24
Provisões judiciais		28	24
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		126.446	113.115
Capital social	Nota 14.1	90.000	90.000
Reservas de lucros	Nota 14.2	26.278	26.278
Ajustes de avaliação patrimonial	Nota 14.3	(11.890)	(3.163)
Lucros acumulados		22.058	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.424.082	1.282.137

Rio Grande Capitalização S.A.
Demonstrações dos resultados

Para os semestres findos em 30 de junho 2024 e de 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		30/06/2024	30/06/2023
Receita com títulos de capitalização*		398.702	358.070
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio*	Nota 18.1	342.415	307.445
Contribuição - Quotas de carregamento*	Nota 18.1	56.398	50.638
Varição da provisão para receita diferida*	Nota 18.1	(111)	(13)
Varição das provisões de resgate*	Nota 18.2	(330.186)	(273.453)
Varição da provisão de sorteios	Nota 18.3	(7.938)	(9.918)
Custo de aquisição	Nota 18.4	(14.840)	(16.588)
Outras receitas e despesas operacionais	Nota 18.5	10.044	9.158
Outras receitas operacionais		10.846	10.404
Outras despesas operacionais		(802)	(1.246)
Resultado com operações de capitalização		55.782	67.269
Despesas administrativas	Nota 18.6	(41.871)	(37.817)
Serviços de terceiros		(41.820)	(37.453)
Localização e funcionamento		(12)	(19)
Publicações		(42)	(182)
Donativos e contribuições		26	(45)
Despesas administrativas diversas		(23)	(118)
Despesas com tributos	Nota 18.7	(3.992)	(4.800)
Resultado financeiro	Nota 18.8	26.516	20.517
Receitas financeiras		63.073	59.953
Despesas financeiras		(36.557)	(39.436)
Resultado operacional		36.435	45.169
Resultado antes dos impostos e participações		36.435	45.169
Imposto de renda	Nota 19	(9.074)	(11.293)
Contribuição social	Nota 19	(5.452)	(6.782)
Lucro líquido do semestre		21.909	27.094
Quantidade de ações		90.000.000	90.000.000
Lucro líquido do semestre por ação - R\$		0,24	0,30

*Em virtude da entrada em vigor da Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP 448/2022 em janeiro de 2024, realocamos os saldos de 2023 para adequação da divulgação de acordo com as novas aberturas requeridas, seguindo as orientações da SUSEP. Maiores detalhes podem ser vistos na nota 3.13.1.

Rio Grande Capitalização S.A.**Demonstrações dos resultados abrangentes**

Para os semestres findos em 30 de junho 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	21.909	27.094
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	(8.727)	4.960
Ajuste a valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJORA	(14.544)	8.266
Efeito dos tributos – IRPJ e CSLL	5.817	(3.306)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	13.182	32.054

Rio Grande Capitalização S.A
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendo adicional proposto			
Saldos em 01º de janeiro de 2023	90.000	2.094	9.798	10.101	(11.544)	-	100.449
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	-	4.960	-	4.960
Dividendo declarados e pagos - AGOE de 31/03/2023	-	-	-	(10.101)	-	-	(10.101)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	27.094	27.094
Saldo em 30 de junho de 2023	90.000	2.094	9.798	-	(6.584)	27.094	122.402
Saldos em 01º de janeiro de 2024	90.000	4.564	21.714	-	(3.163)	-	113.115
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(8.727)	-	(8.727)
Efeito da mudança de prática contábil – nota 3.13.1 ii)	-	-	-	-	-	149	149
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	21.909	21.909
Saldos em 30 de junho de 2024	90.000	4.564	21.714	-	(11.890)	22.058	126.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Rio Grande Capitalização S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	21.909	27.094
Ajustes para:		
Varição das provisões técnicas – capitalização	363.645	312.255
Varição de impostos sobre o lucro	15.614	17.005
Varição nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(145.952)	(59.978)
Créditos das operações de capitalização	(18)	(10)
Créditos fiscais e previdenciários	54	2.333
Ativo fiscal diferido	61	43
Depósitos judiciais e fiscais	(51)	(35)
Outros ativos	447	(1.292)
Outras contas a pagar	1.106	1.160
Débitos de operações com capitalização	692	(288)
Depósitos de terceiros	(124)	197
Provisões técnicas – capitalização	(242.838)	(253.796)
Provisões judiciais	4	(7)
Outros passivos	149	-
Caixa gerado pelas operações	14.698	44.681
Imposto sobre o lucro pagos	(9.487)	(17.663)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5.211	27.018
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Intangível	(19)	(15)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(19)	(15)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	-	(30.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	-	(30.000)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	5.192	(2.997)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	2.871	6.330
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	8.063	3.333

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1.163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), através da portaria SUSEP nº 6.997 de 19 de setembro de 2017, a operar em todas as Unidades da Federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Em 01 de outubro de 2023, a Icatu Consultoria de Investimentos S.A., controladora da Companhia, foi incorporada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A..

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a controladora Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de agosto de 2024.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, e ou determinações da SUSEP, exceto quanto aos seguintes itens, que são reconhecidos à valor justo:

- Caixa e equivalente de caixa (notas 3.3 e 5);
- Instrumentos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) (notas 3.4.4 e 5);

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Instrumentos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) (notas 3.4.2 e 5);
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5); e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.9 e 11).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota.

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

Uma parte da receita é reconhecida no pagamento ou com a informação de pagamento da contribuição pelo subscritor (quota de capitalização e sorteio) e a receita do carregamento é reconhecida conforme o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio (quota de carregamento).

Os fatos geradores da receita para as operações de capitalização são:

- I. O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e
- II. O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a “Valor Justo por meio do Resultado” estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2024, o caixa e equivalentes de caixa eram de R\$ 8.063 (R\$ 2.871 em 31 de dezembro de 2023) e eram representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Mensuração e classificação

O Grupo Icatu determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como o Grupo Icatu faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.4.2. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período.

3.4.3. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estarem disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.4.4. Valor Justo por meio do Resultados (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica “resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Redução ao valor recuperável

3.6.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A Companhia semestralmente avalia a recuperação dos ativos financeiros. Em 30 de junho de 2024 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.6.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

A Companhia avalia semestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 30 de junho de 2024 não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

3.7. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.7.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.8. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica “provisões judiciais”, no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial, estão contabilizadas na rubrica “outras contas a pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, o tribunal e a região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja praticamente certa.

3.9. Provisões técnicas**3.9.1. Provisão Matemática para Capitalização (PMC)**

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

3.9.2. Provisão para Distribuição de Bônus (PDB)

A provisão é constituída para a distribuição dos bônus ainda não devidos, quando previstos, considerando a cota de bônus e acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção do plano aprovado.

3.9.3. Provisão para Resgates (PR)

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

3.9.4. Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, considerando a cota de sorteio prevista no plano, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

3.9.5. Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.9.6. Provisão para Despesas Administrativas (PDA)

A provisão corresponde a diferença entre o valor presente esperado das parcelas referentes aos carregamentos dos pagamentos futuros dos títulos e o valor presente esperado das despesas administrativas futuras, sendo constituída quando o resultado da diferença for negativo. A PDA foi descontinuada por conta das alterações previstas na Resolução CNSP nº 448/2022, em vigor a partir de 2 de janeiro de 2024.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.9.7. Provisão de Receitas Diferidas (PRD)

A provisão foi definida a partir das alterações previstas na Resolução CNSP nº 448/2022, em vigor a partir de 2 de janeiro de 2024, e representa os valores esperados para atendimento da contraprestação a ser oferecida pelas sociedades de capitalização aos titulares dos direitos de resgate e sorteios, sendo constituída para o diferimento da receita das quotas de carregamento dos títulos de capitalização.

3.9.8. Prescrição de títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no código civil. Em regra, os títulos são prescritos em cinco anos.

3.10. Compartilhamento de serviços

A Companhia tem um acordo operacional de prestação de serviços compartilhados com a Icatu Assessoria S.A. onde atividades operacionais e administrativas são prestadas para a Companhia pelo Grupo Icatu e cobrado mensalmente e o pagamento no mês subsequente. Essa operação reduz linhas do resultado, como por exemplo, Despesa de Pessoal e aumenta a linha de Serviços de Terceiros, onde essa despesa é alocada. Se trata de uma estratégia de compartilhamento de custos do grupo.

3.11. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos acionistas.

3.12. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, cálculo das provisões técnicas de capitalização, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.13. Adoção de novas normas e interpretações

3.13.1. Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP 448/2022

Em 10 de outubro de 2022, a SUSEP publicou a Circular nº 678, que alterou a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revogou o dispositivo da Circular SUSEP nº 439, de 27 de junho de 2012. A Circular entrou em vigor em janeiro de 2024.

A Resolução CNSP nº 448, que alterou a Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, entrou em vigor para o artigo 2º em 2 de janeiro de 2023 e demais artigos em janeiro de 2024.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dentre as principais alterações trazidas nas normas temos:

i) Adoção do CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 substitui o IAS 39/CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros, com ajustes retrospectivos nos comparativos. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares:

• Classificação e mensuração de ativos financeiros

Enquanto pelo CPC 38 a classificação do ativo financeiro, e consequentemente sua mensuração e reflexo no resultado do exercício, dependia exclusivamente da intenção da Companhia, pelo CPC 48, a classificação dos ativos financeiros resulta de uma análise conjunta das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo e do modelo de negócios para a gestão desses ativos. Além disso, as nomenclaturas das classificações aplicáveis foram alteradas para: mensurados subsequentemente a custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado.

Em relação aos Instrumentos Financeiros, a Companhia avaliou as classificações dos mesmos e não identificou mudanças significativas, visto que a principal mudança ocorrida está relacionada a classificação dos Instrumentos Financeiros conforme modelo de negócio.

• Redução ao valor recuperável (*impairment*)

O CPC 48 trouxe como regra geral que a cada data de balanço, a entidade deve avaliar se o risco de crédito de cada ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Companhia avaliou a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não identificou mudanças na posição patrimonial mediante aos estudos e práticas metodológicas que foram desenvolvidas e aprovadas internamente.

ii) Escrituração Contábil das Principais Operações de Capitalização

• Substituição da Provisão de Despesas Administrativas (PDA) pela Provisão de Receita Diferida - PRD

A Resolução CNSP nº 448, substituiu a Provisão de Despesas Administrativas (PDA) pela Provisão de Receita Diferida (PRD), a qual passará a representar as contraprestações a serem oferecidas pelas sociedades de capitalização, sendo constituída para os casos de diferimento das receitas de quotas de carregamento dos títulos de capitalização, conforme metodologia descrita no estudo técnico. O saldo no valor de R\$ 149 constante na Despesa Administrativa (PDA), na data-base 31 de dezembro de 2023, foi revertido em contrapartida a conta de lucros acumulados no Patrimônio Líquido.

• Segregação de quotas de capitalização e de sorteio da quota de carregamento

A Circular Susep nº 648/22 passou a segregar a receita das quotas de capitalização e de sorteio da quota de carregamento.

Desse modo, os fatos geradores da receita para as operações de capitalização passam a ser:

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

I - o recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e

II - o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

Ao término da vigência do título de capitalização, não há diferença no resultado da operação entre os modelos. O que diferencia é a distribuição do resultado no decorrer da vigência do título de capitalização, para os casos que ocorrer diferimento de receita de carregamento.

Pelo novo modelo, o carregamento é reconhecido conforme a ocorrência da contraprestação aos titulares dos direitos de resgates e sorteios.

As alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP 448/2022 implicaram em mudanças modelo contábil das operações de capitalização. Isso demandou a implementação de um novo plano de contas, além da necessidade de parametrização dos sistemas operacionais para conformidade com os requisitos da norma.

3.14. Nova norma ainda não adotada

O normativo a seguir será adotado em períodos posteriores a data destas Demonstrações:

3.14.1. Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a emenda constitucional 132 que estabelece as bases para a Reforma Tributária. O principal efeito da aprovação é a unificação, a partir de 2033, de cinco tributos — ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS— em uma cobrança única, que será dividida entre os níveis federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços) e estadual/municipal (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). O texto aprovado necessita de regulamentação que se dará através da emissão de leis complementares que serão avaliadas e adotadas pela Companhia quando divulgadas pela Receita Federal do Brasil.

4. Gestão de risco

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, a empresa consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo da empresa.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal, garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo Conselho de Administração.

Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria, da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: identificação, mensuração, manutenção, tratamento de riscos e monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, o Grupo Icatu adota o sistema de controles internos que é composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos, de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas as atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo Administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linhas, conforme melhor explicado a seguir:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo Icatu, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo Icatu.
- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu Seguros está disposto a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos formalizados pela empresa.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na Política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os ratings em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências Fitch, S&P e Moody's. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o rating da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de Probabilidade de *Default* (PD), duration do ativo e taxa de recuperação (LGD), que estima a exposição ao default, refletindo o risco da carteira.

4.1.1.1.1 Principais riscos associados aos investimentos

Em 30 de junho 2024, R\$ 1.336.499, correspondentes a 95% (R\$ 1.253.067, correspondentes a 98% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de rating (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 75.627 (R\$ 22.594 em 31 de dezembro de 2023).

Em 30 de junho de 2024 e 2023, não há posição em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* (VaR), que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, considerando mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e é revista anualmente.

Este indicador representa a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- (I) O VaR paramétrico: assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (EWMA), com fator de decaimento 0,94.
- (II) DV01 (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

Fatores de Risco	30/06/2024				31/12/2023			
	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	(31)	0,95	3.050	171.216	(39)	0,95	4.072	188.733
IPCA	(133)	0,95	7.549	483.880	(156)	0,95	8.686	489.952

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios, sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Os ativos financeiros apresentados na nota 5, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento. Desta forma, a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no aging, não apresenta risco.

Ativos e passivos	30/06/2024			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	682	-	-	682
Equivalente de caixa	7.381	-	-	7.381
Aplicações	162.212	125.692	1.116.962	1.404.866
Créditos das operações de capitalização	71	-	-	71
Títulos e créditos a receber	327	9.425	-	9.752
Total de ativos	170.673	135.117	1.116.962	1.422.752
Contas a pagar	19.262	1.048	-	20.310
Provisões técnicas – capitalização	457.477	422.276	394.657	1.274.410
Débitos de operações com capitalização	2.839	-	-	2.839
Depósitos de terceiros	49	-	-	49
Total de passivos	479.627	423.324	394.657	1.297.608

Ativos e passivos	31/12/2023			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	710	-	-	710
Equivalente de caixa	2.161	-	-	2.161
Aplicações	59.817	95.196	1.118.445	1.273.458
Créditos das operações de capitalização	53	-	-	53
Títulos e créditos a receber	381	3.616	-	3.997
Total de ativos	63.122	98.812	1.118.445	1.280.379
Contas a pagar	12.069	1.006	-	13.075
Provisões técnicas – capitalização	424.019	327.146	402.438	1.153.603
Débitos de operações com capitalização	2.147	-	-	2.147
Depósitos de terceiros	173	-	-	173
Total de passivos	438.408	328.152	402.438	1.168.998

4.1.1.4. Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo os riscos legal, de compliance e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo Icatu, focando na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação são controlados e gerenciados pela área de gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica do Grupo Icatu, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, participa da formação de novos produtos a serem lançados, e fornecer subsídios para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de Compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de Compliance responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que todos os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos cujos critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco do Grupo Icatu no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazos. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

Os riscos podem ser listados em:

- Risco de sorteio: implica na possibilidade da Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas;
- Risco de persistência: implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título;
- Risco da garantia de rentabilidade: implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;
- Risco das despesas administrativas: implica na possibilidade da Companhia ter mais despesas do que receitas, oriundas das quotas de carregamento.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração.

Em 30 de junho de 2024, as receitas com títulos de capitalização atingiram um total de R\$ 398.702 (R\$ 358.083 em 30 de junho de 2023), distribuída em grande maioria na região Sul no montante de R\$ 395.502 representando 99% nesta data (R\$ 354.399 que representava 99% em em 30 de junho de 2023) e nas demais regiões no montante de R\$ 3.200 representando 1% (R\$ 3.684 representando 1% em em 30 de junho de 2023).

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1.1.6 Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7. Riscos estratégicos

Os Riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. Baseado nas metas estratégicas da companhia, a área de gestão de risco correlaciona as metas com os riscos materiais apontados pelas equipes de gestão, dessa forma, indicando quais medidas/ações/projetos são relevantes para o atendimento do planejamento estratégico. Ademais, esse mapeamento é avaliado e tratado no intuito de ser reportado aos altos níveis de administração da empresa para conferência e acompanhamento dos resultados.

5. Aplicações financeiras

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras, administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor. Em 30 de junho de 2024, esse montante era de R\$ 7.381 (R\$ 2.161 em 31 de dezembro de 2023).

Em 30 de junho de 2024, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) é de R\$ 505.908 (R\$ 537.605 em 31 de dezembro de 2023). Dessa forma, 30 de junho de 2024, os outros resultados abrangentes montam perdas brutas de tributos de R\$ 19.816 e líquidas, de R\$ 11.890 (perdas brutas de tributos de R\$ 5.273 e líquidos de R\$ 3.163 em 31 de dezembro de 2023), apresentado nos itens seguintes:

	30/06/2024	31/12/2023
Categoria		
Custo amortizado	229.488	232.335
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA	486.092	532.332
Valor Justo por meio do Resultado – VJR	696.667	510.952
Total	1.412.247	1.275.619
Circulante	696.667	510.952
Equivalentes de caixa	7.381	2.161
Aplicações financeiras	689.286	508.791
Não circulante	715.580	764.667
Aplicações financeiras	715.580	764.667

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.1. Custo amortizado

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado que representam 16% da carteira:

	Taxas contratadas	Vencimento	30/06/2024	
			Valor contábil	Valor de mercado
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,63%	Até 5 anos	229.488	206.434
Total			229.488	206.434
Não circulante			229.488	206.434

	Taxas contratadas	Vencimento	31/12/2023	
			Valor contábil	Valor de mercado
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,63%	Até 5 anos	232.335	215.428
Total			232.335	215.428
Não circulante			232.335	215.428

5.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) que representam 34% da carteira:

	Taxas contratadas	30/06/2024	
		Valor contábil	Valor de curva
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,71%	38.565	42.796
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 5,26%	447.527	463.112
Total		486.092	505.908
Não circulante		486.092	505.908

	Taxas contratadas	31/12/2023	
		Valor contábil	Valor de curva
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,70%	79.514	85.547
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 5,26%	452.818	452.058
Total		532.332	537.605
Não circulante		532.332	537.605

	30/06/2024	31/12/2023
Vencimento em até cinco anos	462.006	507.371
Vencimento acima de cinco anos	24.086	24.961
Total	486.092	532.332

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.3. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) que representam 49% da carteira:

	Taxas contratadas	30/06/2024
		Valor contábil/valor justo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	585.124
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 2,91%	35.795
Operações compromissadas	Selic	68.246
Outros	-	121
Operações compromissadas - equivalente de caixa	Selic	7.381
Total		696.667
Circulante		696.667

	Taxas contratadas	31/12/2023
		Valor contábil/valor justo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	451.808
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 2,91%	36.593
Operações compromissadas	Selic	20.433
Outros	-	(43)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	Selic	2.161
Total		510.952
Circulante		510.952

	30/06/2024	31/12/2023
Sem vencimento	10	10
Vencimento em até um ano	169.583	61.968
Vencimento em até cinco anos	449.649	448.974
Vencimento acima de cinco anos	77.425	-
Total	696.667	510.952

5.4. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	VJR	VJORA	Custo amortizado	Total
Saldo final em 01 de janeiro de 2023	843.185	93.228	237.636	1174.049
(+) Aplicações	855.067	871.820	-	1.726.887
(-) Resgates	(1.276.181)	(462.987)	(19.963)	(1.759.131)
(+) Rendimentos	88.881	16.304	14.662	119.847
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	13.967	-	13.967
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	510.952	532.332	232.335	1.275.619
(+) Aplicações	263.866	-	-	263.866
(-) Resgates	(111.131)	(54.609)	(9.982)	(175.722)
(+) Rendimentos	32.980	22.913	7.135	63.028
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(14.544)	-	(14.544)
Saldo final em 30 de junho de 2024	696.667	486.092	229.488	1.412.247
Circulante				696.667
Não Circulante				715.580

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.5. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2024		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Custo amortizado:	229.488	-	229.488
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	229.488	-	229.488
II. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	486.092	-	486.092
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	38.565	-	38.565
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	447.527	-	447.527
III. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	696.906	(239)	696.667
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	585.124	-	585.124
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	35.795	-	35.795
Operações compromissadas	68.246	-	68.246
Outros	360	(239)	121
Operações compromissadas - equivalente de caixa	7.381	-	7.381
Total (I + II + III)	1.412.486	(239)	1.412.247

	31/12/2023		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Custo amortizado:	232.335	-	232.335
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	232.335	-	232.335
II. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	532.332	-	532.332
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	532.332	-	532.332
III. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	510.995	(43)	510.952
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	451.808	-	451.808
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	36.593	-	36.593
Operações compromissadas	20.433	-	20.433
Outros	-	(43)	(43)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	2.161	-	2.161
Total (I + II + III)	1.275.662	(43)	1.275.619

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.6. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e SWAP contratados em mercado de balcão organizado:

30/06/2024						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição	Objetivo
					(notional)	
					Total	
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	980	73.902	Hedge taxa pré-fixada

31/12/2023						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição	Objetivo
					(notional)	
					Total	
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	1.410	106.792	Hedge taxa pré-fixada

6. Outros créditos operacionais

Registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras. Em 30 de junho de 2024, o montante dessa rubrica era de R\$ 1.255 (R\$ 1.702 em 31 de dezembro de 2023). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

7. Créditos tributários e previdenciários
7.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são compostos da seguinte forma:

Ativo circulante	30/06/2024	31/12/2023
Imposto de renda	327	381
Total de créditos fiscais	327	381

7.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o "CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro".

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no passivo não circulante, na rubrica "Tributos Diferidos".

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo - não circulante	01/01/2023	Constituição	Realização/ (reversão)	31/12/2023	Constituição	Realização /(reversão)	30/06/2024
Imposto de renda diferido	5.106	86.195	(89.670)	1.631	21.216	(17.617)	5.230
Ativo - diferenças temporárias	297	96	(80)	313	70	(107)	276
Passivo - ajuste de TVM	4.809	86.099	(89.590)	1.318	21.146	(17.510)	4.954
Contribuição social diferida	3.064	53.406	(55.491)	979	12.728	(10.569)	3.138
Ativo - diferenças temporárias	178	58	(48)	188	40	(63)	165
Passivo - Ajuste de TVM	2.886	53.348	(55.443)	791	12.688	(10.506)	2.973
Total	8.170	139.601	(145.161)	2.610	33.944	(28.186)	8.368

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 16% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

7.3. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

A Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias. De acordo com projeção de resultados, a Companhia tem expectativa da realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias para os próximos dez anos.

Diferenças Temporárias – 2024 a 2033		
2024	35	7,98%
2025	29	6,53%
2026	33	7,44%
2027	36	8,20%
2028 a 2033	308	69,85%
Total	441	100%

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Imposto de renda/Contribuição social	30/06/2024	31/12/2023
Provisão de títulos a pagar – Prescrição	269	423
Contingências Cíveis	28	24
Atualização depósito judicial	(242)	(200)
COFINS exigibilidade suspensa	901	865
PIS exigibilidade suspensa	147	141
Total das provisões temporárias	1.103	1.253
Alíquota aplicada – IRPJ – 25%	276	313
Alíquota aplicada – CSLL – 15%	165	188
Total	441	501

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Obrigações a pagar

O passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e o passivo não circulante registra obrigações após os doze meses, compostas da seguinte forma:

Passivo circulante	30/06/2024	31/12/2023
Fornecedores a pagar	7.084	7.784
Outras obrigações	590	1.260
Outras obrigações a pagar	97	149
Total	7.771	9.193

8.1. Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições são compostos da seguinte forma:

Passivo circulante	30/06/2024	31/12/2023
Imposto de renda	3.882	446
Contribuição social	2.333	789
COFINS	1.571	584
PIS	255	95
Total	8.041	1.914

Conforme Portaria RFB nº 415/2024 as empresas sediadas na região Sul tiveram os impostos prorrogados. Desta forma, em 30 de junho de 2024 os saldos deste grupo estão compostos com as provisões dos meses de abril, maio e junho.

9. Débito das operações de capitalização

Registra as obrigações operacionais com vencimentos dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações. Em 30 de junho de 2024, as obrigações são compostas por pró-labore e comissões no valor de R\$ 2.839 (R\$ 2.147 em 31 de dezembro de 2023).

10. Depósito de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para a Companhia, cujos títulos encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

Passivo circulante	30/06/2024	31/12/2023
De 1 a 30 dias	3	1
31 até 60 dias	4	-
61 até 90 dias	10	-
121 até 180 dias	1	11
181 até 365 dias	6	161
Acima de 365 dias	25	-
Total	49	173

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 01/01/2024	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 30/06/2024
Provisão matemática para capitalização	992.589	329.510	(240.473)	35.055	1.116.681
Provisão para resgate de títulos antecipados	63.230	119.773	(115.653)	245	67.595
Provisão para resgate de títulos vencidos	32.076	127.256	(129.055)	122	30.399
Provisão para distribuição de bônus	52.363	3.525	(8.972)	1.065	47.981
Provisão para resgates	1.140.258	580.064	(494.153)	36.487	1.262.656
Provisão para sorteios a realizar	7.350	10.089	(10.366)	(94)	6.979
Provisão de sorteios a pagar	5.846	8.215	(9.406)	9	4.664
Provisão para sorteios	13.196	18.304	(19.772)	(85)	11.643
Provisão para receitas diferidas	-	133	(22)	-	111
Provisão para despesas administrativas	149	-	(149)	-	-
Outras provisões	149	133	(171)	-	111
Total	1.153.603	598.501	(514.096)	36.402	1.274.410

	Saldos em 01/01/2023	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2023
Provisão matemática para capitalização	888.286	576.140	(544.238)	72.401	992.589
Provisão para resgate de títulos antecipados	56.507	272.353	(266.693)	1.063	63.230
Provisão para resgate de títulos vencidos	36.017	287.677	(292.333)	715	32.076
Provisão para resgates	980.810	1.136.170	(1.103.264)	74.179	1.087.895
Provisão para sorteios a realizar	8.272	21.239	(21.758)	(403)	7.350
Provisão de sorteios a pagar	4.664	19.832	(18.740)	90	5.846
Provisão para sorteios	12.936	41.071	(40.498)	(313)	13.196
Provisão para distribuição de bônus	58.442	13.017	(21.906)	2.810	52.363
Provisão para despesas administrativas	34	127	(12)	-	149
Outras provisões	58.476	13.144	(21.918)	2.810	52.512
Total	1.052.222	1.190.385	(1.165.680)	76.676	1.153.603

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.1. Análise de sensibilidade – capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: riscos de subscrição e taxa de juros e não impactaram significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

- (i) Para os riscos de subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 14%, definido com base na experiência da Companhia.
- (ii) Para a taxa de juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (estrutura a termo das taxas de juros – ETTJ). Este teste apresentou impacto nulo.

		Coberturas de risco: Efeito bruto no resultado e no Patrimônio Líquido	
		30/06/2024	31/12/2023
Variável	Premissas		
Resultado sorteio	Aumento de 14% nos valores sorteados	(2.523)	(2.776)
Resultado sorteio	Redução de 14% nos valores sorteados	2.523	2.776

12. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2024	31/12/2023
Provisões técnicas - capitalização:		
Total a ser coberto	1.274.410	1.153.603
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	1.381.812	1.256.551
Total dos ativos vinculados	1.381.812	1.256.551
Equivalente de caixa	7.381	2.161
Total de aplicações	1.389.193	1.258.712
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	114.783	105.109

13. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais
13.1. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas provisões estão

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contabilizadas na rubrica “Provisões Judiciais” no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica “Outras Contas a Pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, o tribunal e a região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas demandas cíveis e fiscais. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Probabilidade de perda	30/06/2024			31/12/2023			Causas cíveis
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	
	Provável	3	28	28	3	24	24
Possível	6	74	-	5	50	-	
Total	9	102	28	8	74	24	

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial:	24	27
Adições	9	67
Atualização monetária	2	4
Baixa	(7)	(56)
Ajuste	-	(18)
Saldo final:	28	24

Probabilidade de perda	30/06/2024			31/12/2023			Causas fiscais
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	
	Possível	3	400	-	2	400	-
Total	3	400	-	-	400	-	

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.2. Outras contas a pagar – obrigações fiscais

No grupo “Outras contas a pagar” são registradas as obrigações fiscais referentes ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde a Companhia depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar.

	Saldo em 01/01/2024	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2024
COFINS	865	36	901
PIS	141	6	147
Total - obrigações fiscais	1.006	42	1.048

	Saldo em 01/01/2023	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
COFINS	778	87	865
PIS	127	14	141
Total - obrigações fiscais	905	101	1.006

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais:

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	147	147	901	901	1.048	1.048
Saldo total 30/06/2024	147	147	901	901	1.048	1.048

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	141	141	865	865	1.006	1.006
Saldo total 31/12/2023	141	141	865	865	1.006	1.006

- (a) Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas à prescrição) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres); e
 Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).

13.3. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica “resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

Em 30 de junho de 2024, os “depósitos judiciais e fiscais” estão classificados no ativo não circulante, como segue:

	30/06/2024	31/12/2023
Cíveis	9	-
Fiscais	1.048	1.006
Total Depósitos Judiciais	1.057	1.006

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue abaixo, a movimentação das adições e atualização monetária dos depósitos judiciais fiscais:

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	1.006	914
Atualização monetária	42	92
Saldo final	1.048	1.006

14. Patrimônio líquido**14.1. Capital social**

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito e integralizado de R\$ 90.000 é representado integralmente por 90.000.000 ações ordinárias.

14.2. Reservas de Lucros

As Reservas de lucros de R\$ 26.278 em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, são compostas por:

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a reserva legal é de R\$ 4.564, que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76 e R\$ 21.741 de reserva estatutária, que é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

14.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria custo amortizado, relativos aos títulos próprios, de coligadas e de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 30 de junho de 2024 era de uma perda de R\$ 11.890 (perda de R\$ 3.163 em 31 de dezembro de 2023), líquidos dos tributos.

14.4. Patrimônio líquido ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar PLA igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o Capital Base (CB) e o Capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido	126.446	113.115
Ajustes contábeis	(4.797)	(56)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(4.722)	-
Ativo intangíveis	(75)	(56)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	(11.435)	(7.803)
Ativos financeiros na categoria custo amortizado	(13.772)	(9.883)
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. de capitalização	2.337	2.080
Subtotal PLA – nível	110.215	105.256
PLA nível I	104.231	100.566
PLA nível II	2.337	2.080
PLA nível III	3.647	2.610
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	110.215	105.256
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de risco de crédito	1.726	829
Capital de risco de subscrição	5.713	5.469
Capital de risco – mercado	19.083	20.472
Capital de risco - redução por correlação	(4.599)	(3.995)
Capital de risco – operacional	2.389	2.469
Capital de Risco (CR) (b)	24.312	25.244
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	24.312	25.244
Patrimônio líquido ajustado	110.215	105.256
(-) Exigência de capital - EC	(24.312)	(25.244)
Suficiência de capital - R\$	85.903	80.012
Suficiência de capital (% da EC)	453%	417%

15. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Partes relacionadas	Passivo		Receitas		Despesas	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Icatu Seguros S.A (Controladora indireta) (a)	(2.333)	(4.362)	1.736	22	-	-
Icatu Assessoria S.A. (Ligada) (b)	(6.742)	(6.330)	-	-	(41.707)	(57.066)
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (c)	-	-	-	-	-	(1)
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Ligada) (a)	(9.423)	(9.834)	7.929	8.455	-	-
Total	(18.498)	(20.526)	9.665	8.477	(41.707)	(57.067)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é relacionada a seguir:

- Venda de títulos de capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes da Icatu Seguros e da Rio Grande Seguros e Previdência uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Icatu Seguros. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização;
- Valores referentes ao acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria S.A.. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;
- Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda;

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

30/06/2024				
Produto	Processo	% de Carregamento	Taxa de Juros	Índice de Correção
PM018T	15414.900523/2019-81	8,13%	0,5% a.m.	TR
PM007T	15414.900522/2019-37	10,05%	0,5% a.m.	TR
PM008T	15414.614832/2022-37	12,48%	0,5% a.m.	TR
PM016T	15414.612648/2020-91	17,49%	0,5% a.m.	TR
PU012I	15414.004504/2009-51	0,24%	0,16% a.m.	TR

17. Comercialização

O índice de custo de comercialização está representado por modalidade de pagamento, da seguinte forma:

Índice de comercialização	% Comercialização	
	30/06/2024	30/06/2023
Títulos de pagamentos mensais (PM)	4,80%	5,13%
Total	4,80%	5,13%

18. Detalhamento de contas da demonstração de resultado
18.1. Receitas líquidas com títulos de capitalização

	30/06/2024	30/06/2023
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio*	342.415	307.445
Títulos emitidos e/ou recebidos*	342.518	307.707
Devolução e cancelamento*	(103)	(262)
Contribuição - Quotas de carregamento*	56.398	50.638
Títulos emitidos e/ou recebidos*	56.474	50.706
Devolução e cancelamento*	(76)	(68)
Varição da provisão para receita diferida*	(111)	(13)
Reversão da Provisão da Receita Diferida*	22	6
Varição da Provisão da Receita Diferida*	(133)	(19)
Total	398.702	358.070

*Em virtude da entrada em vigor da Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP 448/2022 em janeiro de 2024, realocamos os saldos de 2023 para adequação da divulgação de acordo com as novas aberturas requeridas, seguindo as orientações da SUSEP. Maiores detalhes podem ser vistos na nota 3.13.1.

18.2. Variação da provisão de resgate

	30/06/2024	30/06/2023
Constituição da provisão para resgate	(328.968)	(268.854)
Despesas com resgate	(1.189)	(2.224)
Reversão da provisão para resgate	71	
Varição de provisão para distribuição de bônus	(100)	(2.493)
Varição de provisão despesas administrativas	-	(13)
Total	(330.186)	(273.466)

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.3. Variação da provisão de sorteios

	30/06/2024	30/06/2023
Reversão da provisão para sorteio	10.366	11.010
Constituição da provisão para sorteio	(10.089)	(10.904)
Despesas com títulos sorteados	(8.215)	(10.024)
Total	(7.938)	(9.918)

18.4. Custo de aquisição

	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de corretagem	(14.774)	(16.588)
Despesas de custeamento de vendas	(66)	-
Total	(14.840)	(16.588)

18.5. Outras receitas e despesas operacionais – capitalização

	30/06/2024	30/06/2023
Receita com resgate de título	4.377	4.941
Receita com prescrição de título	6.463	5.463
Despesas com provisões	(802)	(1.246)
Outras despesas	6	-
Total	10.044	9.158

18.6. Despesas administrativas

	30/06/2024	30/06/2023
Serviços de terceiros (a)	(41.820)	(37.453)
Localização e funcionamento	(12)	(19)
Donativos e contribuições	26	(44)
Publicidade e propaganda	(42)	(183)
Despesas administrativas diversas	(23)	(118)
Total	(41.871)	(37.817)

(a) Há R\$ 41.707 em 2024 (R\$ 36.911 em 2023), referente à prestação de serviços da Icatu Assessoria S.A. para a Companhia, conforme indicado na nota de partes relacionadas (nota 15).

18.7. Despesas com tributos

	30/06/2024	30/06/2023
COFINS	(3.040)	(3.771)
PIS	(494)	(613)
Taxa de fiscalização	(414)	(358)
Outras despesas com tributos	(44)	(58)
Total	(3.992)	(4.800)

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.8. Resultado financeiro

	30/06/2024	30/06/2023
Categoria – VJORA	22.913	3.916
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	22.913	3.916
Categoria - custo amortizado	7.135	7.297
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	7.135	7.297
Categoria - VJR	32.980	48.761
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	32.980	48.761
Outras receitas financeiras	45	-
Total – Receitas financeiras	63.073	59.974
Categoria – VJR	(4)	-
Quotas de fundos de investimentos – exclusivos	(4)	-
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(36.402)	(39.277)
Outras despesas financeiras	(151)	(180)
Total – Despesas financeiras	(36.557)	(39.457)
Total	26.516	20.517

19. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2024		30/06/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	36.435	36.435	45.169	45.169
ADIÇÕES	1.545	1.545	1.384	1.384
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	28	28	20	20
Outras provisões	269	269	252	252
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	1.048	1.048	956	956
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	200	200	108	108
Multas Indedutíveis	-	-	48	48
EXCLUSÕES	(1.785)	(1.785)	(1.444)	(1.444)
Outras provisões	(90)	(90)	-	-
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	(1.006)	(1.006)	(905)	(905)
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(242)	(242)	(150)	(150)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(24)	(24)	(27)	(27)
Provisão de títulos a pagar – prescrição	(423)	(423)	(362)	(362)
Resultado ajustado	36.195	36.195	45.109	45.109
Lucro após as compensações	36.195	36.195	45.109	45.109
Alíquotas oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(9.037)	(5.429)	(11.295)	(6.766)
Reversão da provisão de créditos tributários	(37)	(22)	(28)	(16)
Despesas com IRPJ/CSLL	(9.074)	(5.452)	(11.293)	(6.782)
Alíquota efetiva - resultado antes dos tributos	25%	15%	25%	15%

Com o fim da vigência da MP nº 1.115, a alíquota da CSLL passou de 16% para 15% a partir de 1º de janeiro de 2023.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Comitê de auditoria

Em atendimento à legislação em vigor, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição Líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações 30 de junho de 2024 da Icatu Seguros S.A..

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de Administração

Presidente

Fernando Guerreiro de Lemos

Conselheiros

Ademar Schardong
Artur José de Lemos Júnior
Luciano Soares
Luiz Carlos Caio Tomazeli
Edson Georges Nassar

Diretoria

Diretor-Presidente

César Luiz Salazar Saut

Diretores

Marcio de Moraes Palmeira
Luiz Gonzaga Veras Mota

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira
CRC-RJ nº 076168/O-7

Atuário

Lígia de Abreu Sodré Pires
MIBA nº 1394